

QUALIFICAÇÃO, UM CONCEITO EM MUDANÇA: o que pensa Braverman?*

Ana Paula de Castro Sousa
Fabiane Santana Previtali

Introdução

Por que pensar em qualificação? Vive-se hoje um avanço técnico-científico sem precedentes, avanço propiciado pelo atual estágio do capitalismo e por ele apropriado de modo a conduzir e moldar as estruturas econômico-sociais e suas relações.

Num mundo do trabalho profundamente afetado por tais mudanças, o desemprego com precarização das relações trabalhistas surge como nota constante, a necessidade de qualificação com vistas à empregabilidade.

Sem dúvida, não há um consenso sobre o tema, ou seja, como defini-lo, como operacionalizá-lo a fim de atender as aspirações do trabalhador(a) e às necessidades da produção, quais as suas consequências.

A qualificação, tal como concebida neste contexto, geraria um avanço no conhecimento científico das, ou da atividade que o trabalhador desempenha, ou, a divisão de trabalho que a tecnologia presente engendra levaria a uma desqualificação?

Braverman, em seu livro *Trabalho e Capital Monopolista* – a degradação do trabalho no século XX, no capítulo 20 – Nota final sobre qualificação, elabora sua tese sobre qualificação e desqualificação do trabalhador, a partir do estudo da mecanização da indústria, elaborado para o Departamento Nacional de Pesquisa Econômica dos EUA, na década de 30 do século passado.

O autor antecipa a questão da qualificação considerando-a como um dos resultados da divisão do trabalho, porém, o propósito aqui é, apenas o conteúdo do citado no capítulo 20.

De acordo com Harry Jerome “Quanto ao efeito na qualificação por mais mecanização no futuro... há considerável razão para acreditar que o efeito de mais mudanças será o de aumentar a média de qualificação exigida.” (1934, p.402, apud BRAVERMAN, 1974, p.359), conforme citado por Braverman para mostrar a qualificação como necessidade premente no mundo mecanizado, parece uma ideia universalmente aceita, porém o que se pode perceber, é que a argumentação elaborada por Braverman entra em choque com a afirmação acima.

* DOI – 10.29388/978-65-81417-67-3-0-f.87-96

Os conceitos de “qualificação”, “instrução” e “educação” são em si mesmos bastante vagos, e uma rigorosa investigação dos argumentos empregados para amparar essas teses de “superiorização” é ainda embaraçada pelo fato de que eles nunca foram objeto de uma apresentação coerente e sistemática (BRAVERMAN, 1974, p. 359).

Na forma em que se exprime Jerome o problema gira em torno de “qualificação média” já que com o desenvolvimento da tecnologia e aplicação a ela das ciências fundamentais os processos de trabalho acabaram por incorporar uma porção maior de conhecimentos científicos evidentemente, agora o “conteúdo médio” científico e técnico e qualificado é maior na atualidade que no passado.

A questão colocada por Braverman diz respeito a, se o conteúdo científico do trabalho tende para a mediana ou para a polarização. Se for a polarização, afirmar que a qualificação média aumentou, não se confirma. Em sua visão a massa dos trabalhadores nada ganha com o declínio do seu comando sobre o processo de trabalho compensado pelo crescente comando efetuado por engenheiros e gerentes.

Cai a qualificação à medida que tais trabalhadores perdem o ofício e as capacitações tradicionais sem ganhar outras que compensem a perda. Quanto mais a ciência é incorporada ao processo de trabalho, tanto menos o trabalhador entende o processo, menor é o controle e compreensão da máquina (desqualificação). “Quanto mais o trabalhador precisa de saber à fim de continuar sendo um ser humano no trabalho, menos ele ou ela conhece. Este é o abismo que a noção de “qualificação média” oculta”. (BRAVERMAN, 1974, p. 360)

Tomando a tese da “superiorização” que aponta para a proliferação de especialidades “instruídas” e “educadas” admite com outros pensadores que nenhum estudo chega a conclusão oposta, porém isto não significa que crescente parcela da população trabalhadora assuma ocupações técnicas especializadas que exijam uma verdadeira qualificação. É preciso, porém perceber que a multiplicação de qualidades técnicas “é condição para destituição dos trabalhadores do reino das ciências, do conhecimento e da qualificação” (BRAVERMAN, 1974, p. 360).

No decorrer de sua análise, Braverman questiona a tese da “superiorização”, aponta duas correntes dominantes nos EUA às quais poderiam iluminar a questão colocada anteriormente: primeira, alternância de alguns grupos ocupacionais para outros e a segunda, extensão do período médio de instrução.

A discussão destas questões visa “estabelecer um quadro realista das tendências históricas da qualificação” e questionar o “modo pelo qual a ciência social convencional aceita aparências cuidadosamente sob medida como sucedâneos da realidade”. (BRAVERMAN, 1974, p. 361).

Relativamente à primeira questão Braverman observa que a classificação de trabalhadores efetuada pelo Censo Norte Americano no início do século não condiz com a qualificação deles.

As primeiras classificações ocupacionais sócio-econômicas empregadas nos EUA, de William C. Hunt, censo de 1897 que grupou todos os trabalhadores remunerados em categorias: proprietários, empregados em escritório, trabalhadores qualificados e trabalhadores em geral.

Não se apresenta aqui, a categoria operários e artífices que foram inclusos nos qualificados dependendo de satisfazerem a capacidade necessária ao ofício. Na década de 1930, esta classificação é revista pelo Dr. Alba Edwards, funcionário do Departamento do Censo pelo qual o grupo dos trabalhadores em geral foi dividido em dois, ou seja, os que dirigiam e operavam máquinas – operários e os trabalhadores em geral - os não agrícolas, os que não eram nem artífices nem operadores de máquinas.

Tal classificação pretendeu corresponder tanto na terminologia oficial, como no falar comum, com os níveis de qualificação correntes – artífices continuariam como os qualificados e, os não qualificados, simplesmente trabalhadores. Os operários seriam agora semiquualificados. Braverman argumenta que a criação dos semiquualificados produzia uma “superiorização” maciça das qualificações com um simples golpe de pena.

Ao fazer a conexão com a maquinaria – tais como vigiar ou observar a máquina, alimentar a máquina, operar a máquina – um critério de qualificação, garantia que com a crescente mecanização da indústria a categoria dos “não qualificados” registraria um declínio abrupto, enquanto a dos “semiquualificados” exibiria uma elevação igualmente surpreendente. (BRAVERMAN, 1974, p. 363).

Este processo estatístico usado recorrentemente não faz referência a distribuição das classificações.

No censo de 1950 introduziu-se uma nova categoria, a dos trabalhadores não domésticos, composta de aproximadamente de $\frac{1}{4}$ dos classificados como semiquualificados. Com a rotinização mecânica, não se tem razão, segundo Braverman, para classificar este operário, acima de outros grupos, por exemplo, os de ajudantes de artífices.

O Manual de Ocupações do Departamento de Trabalho dos EUA afirma:

Os trabalhadores semiquualificados recebem apenas ligeiro preparo no trabalho. Em geral se determina exatamente o que fazer e como fazê-lo, e seu trabalho é supervisionado de perto. Eles freqüentemente repetem os mesmos movimentos e as mesmas funções durante toda a jornada de trabalho.

Trabalhadores semiquualificados não precisam de investir muitos anos no aprendizado de suas funções. As funções mais simples, rotineiras e repetitivas podem ser aprendidas num dia e dominadas em poucas semanas. Mesmo aquelas funções que requerem um grau mais elevado de qualificação, como a de motorista de caminhão, podem ser aprendidas em poucos meses. Ao mesmo tempo, a adaptabilidade – a capacidade de aprender novas funções rapidamente, inclusive operar novas máquinas – é uma importan-

te qualificação para os trabalhadores semiqualeificados. (BRAVERMAN, 1974, p. 365)

Considera que a distância entre qualificado e não qualificado seria de anos de preparo, enquanto a criação de semiqualeificados em comparação com o não qualificado é feita entre 2 e 12 semanas.

“A criação imaginária de categorias mais elevadas de qualificação por práticas nomenclaturais não termina com a transformação da maioria do trabalho urbano em trabalho “semiqualeificado”. (BRAVERMAN, 1974, p. 366). Deve-se levar em conta o declínio do número de trabalhadores agrícolas que eram de 17,7 por cento no Censo de 1900 e em 1970, apenas 1,7%. Para uma linha de sociólogos, isto representa notável ascensão das massas de trabalhadores a níveis superiores já vista por eles como qualificação acima do trabalho agrícola.

No censo de 1950, outra modificação pela introdução da nova categoria de trabalhadores em “serviços” não domésticos. De novo, essa reclassificação reduziu drasticamente os principais grupos ocupacionais, “em geral agora incluídos nas categorias chamadas “engravatadas”. (BRAVERMAN, 1974, p. 368). A nova categoria era composta de aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos anteriormente classificados como “semiqualeificados” e $\frac{3}{4}$ dos anteriormente “não qualificados”. Na visão de cientistas sociais, os trabalhadores em serviço estariam então, vários pontos acima dos trabalhadores em geral e acima dos operários, o que produziu considerável elevação do número de qualificados.

A elevação ilusória das qualificações apresentadas pelas estatísticas traz uma reação reflexa da parte de cientistas sociais e políticos que atribuem maior “qualificação, preparo, prestígio e posição de classe, a todo o trabalho de escritório em contraposição ao manual – engravatados acima dos que usam macacão. Não há respaldo científico que embasa a afirmação de que isto seja progresso na qualificação.

A segunda tendência que aponta para a teoria da “superiorização” diz respeito ao período médio de instrução. Braverman constata um significativo aumento no período de escolarização, aumento que, em épocas de crise, visa diminuir o desemprego.

A escolarização da classe trabalhadora aumentou de 10,6% em 1948 para 12,4% em fins da década de 1960, tendência que vinha do século anterior. Justifica-se este crescimento pelo reconhecimento desta escolarização como necessidade de uma sociedade em processo de urbanização, para o consumo, bem como, para a concordância com normas da sociedade e obediência à lei. Não é portanto, exigências dos processos de trabalho a que se dedica essa parte da população.

Por outro lado, deve-se considerar também, o papel da escola na socialização que a vida urbana exige em substituição promovida à socialização promovida por outras instituições, no contexto rural.

No século passado, o progresso técnico científico exigiu a ampliação do ensino superior pela demanda de profissionais especializados em diferentes áreas do conhecimento, o que contribuem também para a extensão média da frequência escolar.

Do ponto de vista ocupacional esses dois fatores podem definir as exigências educacionais, explicando em parte a maciça escolarização que se registra na história recente, porém, necessário se torna estudo mais aprimorado embora, tais observações sejam suficientes para mostrar que a maioria das concessões a respeito do alargamento da escolarização não têm relação com as exigências das estruturas de trabalho.

Para Braverman, portanto, é íntima a relação aumento da escolaridade/diminuição da estatística desemprego. Assim, observa a depressão nos fins da década de 1930, motivou nos EUA, uma legislação que restringia a participação de jovens no mercado de trabalho, com objetivo de reduzir o desemprego pela eliminação de uma parcela da população, cuja consequência foi o alongamento da idade escolar.

A 2ª Grande Guerra veio solucionar temporariamente a questão do desemprego com a mobilização da população para atender à produção bélica, mas com o fim do conflito, desmobiliza-se a produção e a busca de jovens como combatentes, ressurgem então, o receio de nova depressão.

Tentando superar o problema, subsídios são endereçados à educação dos veteranos de guerra o que veio inflacionar a matrícula escolar, contribuindo mais uma vez para a extensão do período escolar.

Deste modo, no final da década de 1960, começa a manifestar-se um excesso de pessoas graduadas, o que leva empregadores à exigências cada vez maiores com relação a candidatos a emprego, não devido à necessidade de maior instrução para o exercício das funções e sim, devido à excessiva oferta de formados.

Diante disto, afirma Braverman, a contínua educação de massa para as categorias não profissionais de trabalhadores perde cada vez mais suas relações com as exigências ocupacionais. “Esta política de difusão reforçou as demais pressões tendentes a adiar a idade escolar, fazendo do diploma um bilhete de ingresso a quase toda espécie de emprego” (BRAVERMAN, 1974, p. 371).

Desde então, o dilatamento da escolaridade para uma média de 18 anos de idade, tornou-se indispensável para conservar o desemprego em níveis razoáveis. Atendendo a tais interesses, as escolas tornaram-se grandes instituições de adolescentes, oferecendo-lhes um conteúdo de ensino cada vez mais desligado da realidade, deteriorando o conteúdo da educação na medida de sua massificação. Enquanto, isto acontece, mais os empregadores passam a exigir diploma de curso superior, esperando com isso, maior produtividade, fato que não se realiza.

Se alargamento de tempo de escolaridade oferece um fôlego para o desemprego de jovens, torna-se, por outro lado, fonte de ganhos materiais, fornecendo emprego a profissionais da educação como: professores, administradores, construtores, ... A educação passa a ser área lucrativa para a indústria de construção, serviços e fornecedores, as empresas subsidiárias e ainda, as escolas passam a funcionar como babás de crianças e jovens, tornam-se indispensáveis às famílias trabalhadoras “já que não há lugar para jovens, senão na escola.” (BRAVERMAN, 1974, p. 372).

Servindo para preencher o vácuo aberto pelas mudanças as próprias escolas tornaram-se um vácuo e, no processo de trabalho, onde quanto mais se tem que saber, o operário menos precisa de saber e as escolas menos razões para ensinar.

A relação, deste modo, feita entre educação e conteúdo funcional torna-se falsa, a inversão da questão analisada não é prevista, conseqüentemente, nem uma escolaridade menor. Constata-se, porém, o pouco que é feito com fins a uma preparação para o trabalho.

Recorrendo a estudo minucioso sobre a questão, apresentado por Ivar Berg diz que as “realizações” educacionais já excederam às exigências da maior parte das categorias profissionais portanto, a demanda de trabalho “mais instruído” não pode ser debitada na conta das mudanças tecnológicas nem tão pouco, o melhor desempenho à maior escolaridade dos funcionários.

Na conclusão de Berg, “a educação é mais do que nunca um fator importante para explicar a insatisfação entre os trabalhadores em muitas categorias ocupacionais.” (BRAVERMAN, 1974, p. 373).

Toda essa trajetória vem negar a hipótese de que o desemprego seria consequência do despreparo do desempregado, em uma economia que exigia escolaridade superior. Se fosse aperfeiçoada a educação de todos os trabalhadores, assim mesmo, parte significativa deles, continuaria desempregada.

Por fim, Braverman faz algumas afirmações concludentes:

Para o trabalhador o conceito de qualificação está ligado tradicionalmente ao domínio do ofício – isto é, a combinação de conhecimento de matérias e processos com as habilidades manuais exigidas para desempenho de determinado ramo da produção. (BRAVERMAN, 1974, p. 375)

Este conceito foi destruído, surgindo em lugar dele um modo para o domínio do processo de trabalho a ser feito: “mediante e com o conhecimento científico, técnico e de engenharia do trabalho” (BRAVERMAN, 1974, p.375). Entretanto, tais conhecimentos vêm se concentrando nas mãos da administração e suas equipes, negando ao trabalhador o acesso a eles (conhecimentos). O conceito de qualificação que resta ao trabalhador é o de “[...] uma habilidade específica, uma operação

limitada e repetitiva, “a velocidade como qualificação.”” (BRAVERMAN, 1974, p. 375). Destreza como qualificação.

O desenvolvimento do modo capitalista de produção degrada o conceito de qualificação, juntamente com o de trabalho, de modo que hoje, o trabalhador é tido como qualificado quando desempenha funções que exigem poucos dias ou semanas de preparo.

Por outro lado, o trabalhador só poderá ter domínio novamente sobre à produção coletiva e socializada assumindo as prerrogativas científicas de projeto e operacionais.

A extensão da escolaridade tem respondido às razões do capitalismo, mas essa instrução só pode ser eficaz para o trabalhador se combinada com a prática do trabalho durante a escolarização e se a educação continuar ao longo de sua vida, para além dos cursos formais e, despertará seu interesse quando se tornarem senhores da indústria, quando forem superados antagonismos entre concepção e execução, entre trabalho mental e manual, sendo assim o trabalho unificado no corpo coletivo que o executa.

No capitalismo, “a extensão de uma ‘escolaridade’ cada vez mais vazia combinada com a redução do trabalho a tarefas simples e fáceis representa um desperdício de anos na escola e uma desumanização nos anos seguintes”. (BRAVERMAN, 1974, p. 377).

Neste contexto, instruir um trabalhador significa apenas capacitá-lo a executar as diretrizes do seu programa de trabalho. É assim que se apresenta a questão da qualificação tanto nos escritórios como em toda a sorte da indústria moderna.

Considerações Finais

Braverman escreveu a obra em questão *Trabalho e capital monopolista* – a degradação do trabalho no século XX, na década de 70 do século passado. Mudanças não previsíveis aconteceram nos processos produtivos: mundo digital, inteligência artificial, robotização e, uma revolução nos processos de comunicação, trazendo consigo questões econômico-sociais de difícil solução.

No decorrer do processo a desqualificação do trabalhador que já vinha acontecendo pelo domínio das ciências concentrando nas cúpulas das empresas, parece se acirrar cada vez mais.

Qualificação como sinônimo de garantia de trabalho constitui-se uma utopia, uma vez que a tecnologia absorve anualmente, numerosos empregos. Portanto, a qualificação é um conceito histórico, pois um trabalhador que está qualificado num período hoje amanhã não está mais, ou seja, muda com o tempo, e também a qualificação é um conceito relacional porque envolve as dimensões de classes, isto é, a classe burguesa e a classe trabalhadora.

O que se observa é uma degradação do trabalho, falso conceito de qualificação e a necessidade da educação responder no que lhe compete por um preparo das massas, para enfrentar essa nova etapa do capitalismo.

Referência

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista** – A degradação do trabalho no século XXI. Rio de Janeiro – RJ: 3ª ed. Guanabara, 1974.